

EM CENA OS EMPRESÁRIOS: LUTA POLÍTICA E GESTÃO DO SOCIAL.

Avance de investigación en curso.

GT 13 - Reforma do Estado, governabilidade e democracia.

Sara da Silva Freitasⁱ
Universidade Estadual de Campinas

Resumo Simple

O presente estudo visa investigar a reorientação que assume o Estado brasileiro a partir dos anos 1990 e o deslocamento que o setor empresarial passa a ter nesse mesmo período. Para tanto, como objeto empírico selecionamos entidades sociais vinculadas ao Banco Itaú, maior instituição financeira privada do Brasil. O período delimitado para análise compreende os anos 2003-2010, anos de administração do governo Lula. Como metodologia, utilizamos entrevistas com agentes públicos e privados, bem como análise de documentação e levantamento bibliográfico sobre o tema. A hipótese a observar é que apesar do Estado financiar tais ações no campo das políticas sociais, ele as deixa a cargo do mercado, permitindo a entrada do social no campo econômico e o transformando em mercadoria.

Palavras-chave: Ação social empresarial, Responsabilidade social, Estado.

O associativismo no Brasil

O cenário associativista é composto por uma gama de organizações de sujeitos sociais, que concorrem nesse espaço com projetos e concepções distintas no que se refere a participação da sociedade civil nesse longo processo da construção democrática no Brasil.

É neste contexto heterogêneo que aparece em cena a ideia de “terceiro setor” e tentar defini-lo é tentar conceituar uma luta pela significância de organizações da sociedade civil que não são estatais e, mesmo sendo privadas, são caracterizadas por não terem fins lucrativos. Dentre as várias organizações, destacam-se as fundações privadas, filantrópicas, associações, institutos e aquelas ditas não-governamentais (ONGs). Nesta perspectiva, Lia Barbosa (2006) nos elucidava algumas questões, sobre o deslocamento, por exemplo, que ocorrerá durante o projeto neoliberal do Estado e da própria sociedade, abrindo espaço para esta emergência do terceiro setor. Barbosa (2006), contudo, centra suas análises nas ONGs, donde estas apareceriam para suprir a falência do Estado com relação às políticas sociais, ou até mesmo substituir o Estado em determinadas políticas Públicas.

É importante distinguir as ONGs, e quais ONGs, do grande campo do terceiro setor. Primeiro, temos que partir da ideia de que a sociedade civil não é algo homogêneo como este campo – do terceiro setor e seus defensores - apregoam, mas sim, um campo de grande heterogeneidade com diferentes ideologias, práticas políticas, significados e interesses presentes. Sendo as ONGs um dos elementos constitutivo da sociedade civil, e sendo elas mesmas, as ONGs um campo heterogêneo e complexo, uma vez que há projetos e subprojetos políticos em jogo.

Parecem-nos que o conceito clássico de sociedade civilⁱⁱ no Brasil é “frágil”, tem se recortado um conjunto de forças sociais organizadas e, no entanto tem se excluído os empresários do debate, como se estes não fossem também uma força social. A literatura que debate sociedade civil centra-se nas

análises dos movimentos sociais, ongs, e em um dado momento nas ações do orçamento participativoⁱⁱⁱ. Há na sociologia um certo preconceito em analisar o movimento empresarial como também sendo parte integrante da sociedade civil, e diga se muito importante, por que via as suas fundações e Instituto empresarias estão a financiar muitas das ações dos movimentos sociais, via ongs, por meio das parcerias. Contudo um trabalho que apontou o campo empresarial também como sociedade civil, mas que a meu ver não avançou, no sentido de esmiuçar melhor esse tipo de ação empresarial no campo do social, foram os trabalhos de Dagnino(2004), No entanto merece destaque a sua argumentação sobre os dilemas vivenciado pela sociedade civil no Brasil. A confluência perversa da qual trata Dagnino(2004) apontam para dois campos éticos políticos distintos, um projeto político democratizante, participativo e um projeto neoliberal. O que a autora enfatiza é que mesmo *apontando para direções opostas e antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e participativa*.

O termo terceiro setor tende a diluir e esvaziar as dinâmicas que marcam as ideias das lutas associativista das últimas décadas, lutas estas, encampadas por sujeitos que apoiaram a redemocratização no país e que hoje dada à constituição democrática, muitos destes sujeitosse encontramem organizações não governamentais. Por isto mesmo a recusa de segmentos da sociedade civil, como ONGs e movimentos sociais de se fazer apologia ao terceiro setor como se este fosse o lugar por excelência de todo e qualquer tipo de participação, e da cidadania. Mormente, mesmo fazendo recusa ao termo, estas entidades estão num imiscuir com outras entidades da sociedade civil, do núcleo digamos aqui do terceiro setor que constituiu o empresariado, sejam na forma de parceiras, ações e projetos comuns. Cá detectamos a tal confluência perversa do que nos fala Dagnino(2004), e aqui observamos as tensões e contradições que estas parcerias nos evidenciam.

Nem só de capitais vivem os banqueiros?

Segundo levantamento do GIFE - Grupo de Institutos Fundações e Empresasde 2009-2010 a educação ainda continua sendo a área de maior investimento por parte do setor empresarial, tendo 59% das entidades associadas ao GIFE^{iv} atuando nesta área, e 24 % financiando ações educacionais. O que corresponde a 83% das entidades do instituto envolvidas com a área educacional.Em seguida, aparece a cultura como a segunda principal área de investimento, donde 36%executam projetos e 24 % financiam ações culturais, tendo ao total 60% das entidades filiadas ao Gife envolvidas com o setor cultural. O interessante também a observar é que no ano de 2012 o instituto lançou um dossiê especial sobre cultura. Os primeiros dossiês se focaram em Educação, Juventude, em 2012 o foco se direcionou para a Cultura, dado a alta crescente desta área. Em 2013 o novo dossiê se volta para o Meio ambiente, que apesar de ter este dossiê específico sobre a área, não corresponde um grande volume de investimentos por parte das empresas associadas ao instituto.

A região sudeste concentra a maioria das empresas filiadas ao GIFE, bem como de instituições empresarias, dentre as quais aquelas que pesquisamos – Conglomerado Itaú.

No campo da responsabilidade social do Banco Itaú encontramos o Instituto Itaú cultural, a Fundação Itaú Social, bem como oInstituto Unibanco, resultante da fusão com o Banco Unibanco. Este Institutoassim como a Fundação Itaú social, tem seu foco voltado para educação, ou seja, representam entidades filiadas ao GIFE, que investem maciçamente em educação.

Institutos Unibanco, Fundação Itaú Social:descrições preliminares.

- Instituto Unibanco

Criado em 1982 para promover as ações de investimentos sociais da instituição. A partir de 2002 a instituição resolveu direcionar suas ações para a área educacional e no ano de 2007 centrou se

efetivamente nesta ação focando-se na melhoria do aluno no ensino médio. Um de seus carros-chefes é o projeto Jovem de futuro, que desenvolve tecnologia oferecendo as escolas públicas do ensino médio, suporte técnico e apoio financeiro para melhorar seu desempenho por um período de três anos. A meta deste projeto é que entre os anos 2012-2016, 3.715 escolas do Brasil, e três milhões de jovens, sejam beneficiados.

O instituto é uma organização do terceiro setor com título de utilidade pública, mantendo-se através de doações pessoais, não fazendo uso de nenhum recurso de incentivo fiscal, o que já o diferencia aqui, por exemplo, do Itaú cultural, donde seus recursos são oriundos basicamente da lei Rouanet. A assessoria jurídica bem como de comunicação é fornecida pelo conglomerado. O instituto Unibanco tem como presidente Pedro Moreira Salles, e como vice-presidente o ex-ministro Pedro Malan. Segundo dados do instituto, suas ações beneficiam por ano 90 mil jovens no Brasil.

- Fundação Itaú Social

Criada nos anos 2000 e vem atuando em todo o país em parceria com as três esferas de governo (municipal, estadual e federal), tendo como proposta de ação formular e disseminar metodologias voltadas a melhorias de políticas públicas no que concerne à área de educação e à avaliação de projetos sociais. Esta fundação conta com o apoio de diversos setores internos do *Banco Itaú*, no sentido de viabilizar os projetos sociais, sendo sua comissão executiva presidida por Roberto Setúbal, pertencente à família fundadora do Banco. O Banco Itaú criou um fundo patrimonial, composto por doações de empresas do Grupo Itaú, com recursos investidos em Fundos de Investimento (curto prazo e renda fixa) e em ações do Conglomerado Itaú. Em novembro de 2010, o patrimônio era de R\$ 528 milhões. O orçamento anual da Fundação é resultante do superávit da aplicação nesse fundo. Em 2011, o valor destinado à aplicação nos programas da organização foi de R\$ 78,5 milhões.

A fundação leva para as escolas envolvidas boas práticas de gestão e de planejamento bem como as experiências e tecnologias desenvolvidas pelo banco. Isto ocorre em parceria com o governo, influenciando diretamente nas políticas públicas.

O banco Itaú em seu último relatório afirma entender que para além de promover a educação básica, é também importante estimular o pensamento crítico para a formação de cidadãos conscientes do seu papel, e segundo eles isto é realizado através dos investimentos em cultura.

Em 2011 os investimentos sociais e culturais alcançaram 293,8 milhões com destaque para cultura e educação que concentraram 184,2 milhões das receitas. No mesmo ano houve um investimento de 54,8 milhões em 66 projetos por meio da lei Rouanet em 8 Estados.

Ainda por meio de leis de incentivo, agora na área de esportes, foram investidos 12 milhões a 13 projetos relacionados a esporte de alto rendimento, esporte educacional, participação em lazer realizados em 12 estados brasileiros.

A Fundação tem quatro grandes áreas de atuação – gestão educacional, educação integral, leitura e escrita e avaliação de projetos. São os quatro grandes eixos e para onde se direcionam os recursos para desenvolvimento dos projetos envolvidos.

Em 2011 a fundação Itaú social foi a única instituição brasileira convidada para participar da feira de inovação do encontro anual do conselho econômico e social da ONU, evento que reuniu 600 participantes de todo o mundo e teve como tema a educação.

- Instituto Itaú Cultural

Criado em 1987, pelo presidente do Grupo Itaú, Olavo Egydio Setúbal. O surgimento do Instituto é decorrência da atuação do Banco Itaú na organização e na manutenção de um dos maiores acervos brasileiros de obras de arte, iniciado com o surgimento das Itaugalerias, em vários pontos do país, a partir de 1971. O acervo hoje conta com mais de 3,6 mil obras. No ano de 2008, organizou 299 eventos culturais em várias regiões do país, sendo que somente na sua sede, na cidade de São Paulo, as atividades concentraram aproximadamente 273 mil pessoas, além das iniciativas internacionais, realizadas na Argentina, no Chile, no México e no Uruguai.

No ano de 2011 foram realizadas 14 exposições pelo país. Coleção brasileira Itaú – (Fortaleza, Brasília, Curitiba), Fotografia modernista – (Belém, Paraguai e Cidade do México), Brasileira Fauna/Flora (Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai). Outras exposições como arte e tecnologia do Itaú cultural (1911 – 2011) foram expostas em Porto Alegre e depois arte brasileira no Rio de Janeiro. Ao todo estas exposições receberam aproximadamente 322 mil visitantes. Ainda em 2011 passaram por sua sede, mais de 200 mil pessoas, o público virtual do seu site totalizou cerca de 12,7 milhões de acesso. Foram ainda desenvolvidos 369 eventos e lançados 20 produtos.

Por meio da Lei Rouanet no ano de 2011 Itaú cultural recebeu 29,7 milhões, além dos 23,6 milhões provenientes de recursos sem incentivos, alcançando desta forma 53,3 milhões. Ainda em 2011 o Itaú cultural assumiu a gestão do auditório do Ibirapuera através de uma parceria público privada. É previsto para o instituto nos próximos cinco anos utilize o auditório realizando programas artísticos no local (musicais, apresentação de espetáculos). Dada a sua experiência em gestão de cultura, o Itaú cultural é o responsável pela administração da escola de música do auditório, oferecendo curso para aproximadamente 160 alunos.

Ainda segundo o Itaú cultural o objetivo ao assumir a administração do auditório busca enfatizar a democratização do acesso a cultura, desenvolvendo atividades sem utilizar leis de incentivos. De agosto a dezembro de 2011 foram realizados 58 espetáculos, com 78 apresentações que reuniram aproximadamente 66.300 mil pessoas.

Em 2012 o Itaú cultural completou 25 anos, para celebrar preparou uma série de lançamentos, desde seu site até o projeto novo rumos, que já completa 15 anos que tem como objetivo apoiar a produção artística nacional. Ainda no ano de 2012 o Itaú cultural capitaneou segundo jornal o Estadão ^{R\$} 29.898.227,71 por meio da Lei Rouanet, valor parecido com o ano de 2011, apesar de valores aproximados, o importante a destacar é que este é um dos maiores valores que listam a listagem de 2012 e é obtido por uma instituição vinculada ao maior banco privado nacional.

A política social (Cultural) no governo Lula.

Neste longo processo da história brasileira o governo do partido dos trabalhadores, vai se inserir num processo de tensões, a de uma agenda liberal versus a luta pela ampliação dos direitos e das políticas sociais. Neste sentido Fagnani (2011) divide a política social do governo Lula em duas fases: a primeira denominada de mudança ou continuidade refere-se ao primeiro mandato (2003 -2006), é marcada pela mesma política econômica ortodoxa do governo anterior e internamente acaba tencionando as políticas sociais, por que seu governo entra num campo de disputa, de um lado os defensores do Estado mínimo e de outro os defensores dos direitos. Esta tensão vai continuar no segundo mandato do governo Lula (2006-2010) é o momento considerado por muitos como desenvolvimentista, o crescimento econômico volta a ter importância na agenda governamental e ao mesmo tempo no cenário mundial instaura-se uma crise que perdura até hoje. Talvez seja por conta desta crise que o pensamento neoliberal perca certo espaço no segundo mandato de Lula, onde observamos um crescimento do Estado, das contas públicas e das políticas focalizadas.

Para Diniz (2012) houve um mix de políticas públicas, que foram se firmando entre 2004 e 2010. O governo Lula foi marcado por uma agenda política complexa, pois tiveram pontos de continuidade e outros importantes pontos de mudança. Para a autora ainda se está em construção um Estado que faça políticas de distribuição de renda. A própria constituição elevou no Brasil a construção de uma democracia que se caracteriza pela estabilidade do regime político. As elites empresariais incorporaram as regras do jogo democrático, passando, portanto por uma transformação política. Isso significa, além do respeito às liberdades clássicas, das organizações, do direito do voto, o princípio da alternância do poder, que passou a ser acatado pela população brasileira, inclusive pelo empresariado brasileiro. A partir daí novas elites ascendem ao poder, a partir de uma coalizão. E esta nova elite

passa a atuar não só na esfera econômica, mas na esfera social, com formas sofisticadas de convencimento associado com o discurso de responsabilidade social.

Foi a partir do governo de FHC, que o investimento em políticas sociais no setor cultural passou a ter regularidade, no mesmo período o Estado se abria a iniciativa privada para que estas decidissem qual a forma de cultura merecia ser patrocinada, sendo esta uma das críticas comuns à lei Rouanet. Esta Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991), conhecida também por Lei Rouanet, é a lei que institui políticas públicas para a cultura nacional, como o PRONAC - Programa Nacional de Apoio à Cultura.

O sistema federal de financiamento da cultura no Brasil está assentado sobre três mecanismos com finalidades distintas: o mecanismo do apoio direto do Estado a fundo perdido praticado por meio do Fundo Nacional de Cultura (FNC)–; o mecanismo da renúncia fiscal para que empresas ou pessoas naturais apliquem parte do seu imposto de renda devido em projetos culturais à condição de divulgação de suas marcas; o mecanismo do fundo de financiamento (Funcines e Ficarts) e certificados de investimento (artigo 1º da Lei do Audiovisual), que permitem utilizar recursos advindos do benefício fiscal para investir em projetos culturais em troca de participação nos resultados e exposição de marca. A criação desse sistema foi impulsionado pela defesa da necessidade de se criar no Brasil uma cultura de patrocínio privado, que derivou de um discurso ideológico em relação à capacidade do Estado de gerir os investimentos em cultura (resultado de dois movimentos: do neoliberalismo contra o Estado do início dos 90 e da memória aos abusos do Estado autoritário dos anos 70 e 80), atribuindo ao “mercado” a decisão sobre “onde” e “como” investir. Se este setor privado opera ainda alguma relação com o Estado, até que ponto o próprio Estado Brasileiro não se aliou a grupos de interesses privados no País? Se isto ocorrer, como garantir a separação da coisa pública do domínio privado?

No Brasil, as ações governamentais para o setor cultural têm no patrocínio cultural viarenúncia fiscal o seu principal mecanismo de financiamento. Esse instrumento, adotado nas esferas da União, Estado e Município, baseia-se na dedução de imposto devido ao poder público por pessoas físicas e jurídicas que façam investimentos em atividades artísticas e culturais. Esse modelo pressupõe uma parceria entre os três principais atores envolvidos: Estado, sociedade (produtores culturais e artistas) e empresas patrocinadoras.

Exemplo de investimentos na área cultural pelo governo federal é o programa Petrobras cultural, fundado em 2003 é tido como o maior programa de patrocínio do país.. Para termos uma ideia do volume das ações, a edição 2008/2009 do Programa destinou R\$ 50,5 milhões para seleções públicas de projetos.¹ Em 2010 a verba foi de 52,9 milhões, destinadas para áreas de artes cênicas, audiovisual, música, educação para as artes, literatura, cultura digital, preservação e memória. Para este ano de 2011 a empresa vai destinar R\$ 9 milhões para aos 41 projetos contemplados em festivais de música, festivais de cinema e difusão de longa-metragem para salas de cinema.

Já as ações do Ministério da Cultura segundo o relatório disponível no site mostra investimento em diversos segmentos culturais com recursos da ordem de R\$ 1,3 bilhão, oriundos do Orçamento Fiscal e de Seguridade Social, distribuídos em ações programáticas, executadas por meio do Ministério da Cultura e de outros órgãos (Ministério da Integração Nacional e da Justiça). No âmbito do Ministério da cultura foram executadas ações de 16 programas (**Brasil Patrimônio Cultural** - Programa direcionado à preservação do patrimônio histórico; **Monumenta** - Programa de recuperação de sítios urbanos históricos; **PAC Cidades Históricas**. No ano passado, algumas ações do Programa Monumenta do Ministério da Cultura passaram a integrar o Programa de Aceleração do Crescimento Cidades Históricas; **Engenho das Artes**. Por meio do Programa, os segmentos das Artes Integradas – audiovisual, artes visuais “não cinematográficas” e música, dentre outras ações)².

¹ Dados disponíveis no site: www.petrobras.com.br acesso em 18, 19/04/2011

² Dados disponíveis no site: www.cultura.gov.br acesso em 17,18 /04/2001.

O Estado Brasileiro

Muitos estudos desde a década passada - 1980 até início dos anos 1990, apontam para a crise vivenciada pelo Brasil nos anos 1980, a tal ponto que se convencionou a denominá-la por “década perdida”, marcada pelo baixo crescimento, por elevada taxa de inflação e dos juros das dívidas internas e externas.

Nos anos 1990 há uma virada e as discussões da literatura especializada direcionam-se para temas como a redemocratização do Estado, abertura democrática, bem como o papel desempenhado pela Sociedade Civil nessa transformação vivenciada pelo Estado Brasileiro e ao mesmo tempo para um fenômeno que se inaugura como novo no campo político econômico, as privatizações; iniciadas no governo Collor de Mello (1990 -1992).

Já no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003), além da continuidade das privatizações, reforçando a ideia de menor participação do Estado na economia, iniciou-se uma prática fundamental da hegemonia neoliberal, Estado ‘Menor’ também na esfera do social, e isto se dá a partir do plano de publicização realizado pelo Ministério da administração federal e reforma do Estado – MARE. Conhecida como a reforma gerencial que tinha como objetivo transformar o Estado Forte e Eficiente³. O que nos interessa dentro dessa reforma do Estado é aquela classificada como atividade não exclusiva. Embora não envolva o poder do Estado, este realiza ou é o fornecedor em sua grande parte dos subsídios, neste setor estão inclusos área de educação e saúde, por exemplo. A partir do Plano nacional de publicização (PNP), a gestão de FHC transfere para o setor público não estatal a responsabilidade da execução dos serviços públicos não estatais, assumindo estas a forma de organizações sociais.

Estas organizações sociais seriam uma inovação institucional; embora não representassem uma nova figura jurídica, inseriram-se sob a forma legal de associações civis sem fins lucrativos. Segundo essa concepção, o modelo institucional das organizações sociais apresentaria vantagens sobre as outras formas de organizações estatais. Do ponto de vista da gestão de recursos, as OS (organizações sociais) não estariam sujeitas às regras que regulam a gestão dos recursos humanos, orçamentos, finanças, etc.

A defesa desses projetos está no fato de que estas organizações ganhariam mais agilidade e qualidade nas aquisições de bens e serviços, como também na manutenção de funcionários que, enquanto celetistas, não estariam sujeitos às regras do regime jurídico único, a concurso público, e nem à tabela salarial do servidor público. A justificativa oficial era atrair profissionais de alto nível que não se interessariam pela “baixa remuneração” do serviço público. Essa justificativa é própria do mundo anglo saxão e foi adotada no Brasil especialmente pelo ministro Bresser Pereira sem que ninguém atentasse para o fato de que funcionário público brasileiro tende a ganhar bem quando não em salários e benefícios, em perspectiva de aposentadoria.

Ainda segundo o plano de reforma do Estado, a implantação dessas organizações ocasionaria uma verdadeira revolução na condução e prestação de serviços da área social, onde o Estado reduziria sua dimensão, enquanto máquina administrativa, alcançando maior eficácia na sua atuação. Não esqueçamos aqui que a lógica neoliberal não prevê somente um Estado “menor” enquanto máquina administrativa, ela também fomenta e viabiliza um Estado “menor” na sociedade, na esfera social. Como exemplo temos as ideias de solidariedade que passaram a ser disseminadas na gestão FHC, via comunidade solidária.

O programa Comunidade Solidária foi criado por um decreto lei em Janeiro de 1995, composto por dez ministros, entre os quais o da casa civil, mais vinte e uma personalidades da sociedade civil.

³Dentre as medidas do plano Bresser, existia a política de juros altos, desvalorização do câmbio real por pouco tempo, congelamento de preços e salários por 90 dias e a tal famosa URV – Unidade de referência de preços, que era um indexador dos salários e preços.

Tinha como meta propor e opinar sobre as ações das áreas sociais que eram consideradas prioritárias, quais sejam: saúde, alimentação e nutrição, serviços urbanos, geração de emprego e renda, dentre outras. Tratava-se de uma proposta nova, inspirada na experiência mexicana (Pronasol – Programa Nacional de Solidariedade), com discursos que incentivavam o combate à fome e à miséria, ou, pelo menos, parte dela; ou, ainda, ao que em geral causa um forte impacto em nossa sociedade; procurou-se, com isso, atrair a atenção de vários segmentos no âmbito nacional e internacional.

Entretanto, é aconselhável ter em mente que esse programa extinguiu dentre outros o CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar), conselho esse que voltou a ser constituído no governo Lula, juntamente com um programa que muda o nome, mas não a forma do discurso de valor junto à sociedade, o “Fome Zero”, transformado no “Bolsa Família”, e que no governo Dilma assume a forma do projeto intitulado “Brasil sem miséria”. No cerne dessas reformas implementadas no Governo FHC e dado seguimento pelos governos seguintes, está a nosso ver a nascente da difusão do terceiro setor no Brasil.

O presente artigo não tem, entretanto, a pretensão de discutir aqui todas essas mudanças e características impostas pelo neoliberalismo e assumidas pelo Estado Brasileiro. O que nos interessa é discutir como a sociedade civil organizada recebe e processa tais mudanças logo após a redemocratização do Estado Brasileiro. No nosso caso de pesquisa, como o setor financeiro desenvolve suas ações no social (via Responsabilidade Social Empresarial – RSE) haja vista que pela nova ideologia hegemônica haveria um Estado “menor” e uma nova base econômica formada por empresas privadas, donde estas passariam a gerir e atuar na sociedade onde o Estado fosse ineficiente. Para tanto buscamos mostrar, via as ações dos banqueiros, o percurso do empresariado nacional na construção de um processo hegemônico via um discurso de uma “empresa solidaria” e “cidadã” a partir dos anos 1990, mais especificamente.

Neste sentido, buscamos entender em que medida essa hegemonia neoliberal processou políticas públicas realizadas pelo setor privado no âmbito das políticas sociais. Em que proporção o Estado efetivamente se retirou da execução, mas continuou a financiar as empresas, a hipótese é de que o Estado continua a financiar as políticas sociais, no entanto, não as executa. É que o Estado assume uma estrutura de capitalismo oligopolista, via uma gestão indireta das políticas, deixando a execução a cargo do mercado. No entanto a presença do Estado, “do poder do Estado é com frequência usado para impor esses processos mesmo contrariando a vontade popular” (Harvey, 2011; p.123) Neste sentido, a hipótese a observar é à entrada da política social na esfera econômica, e como esta vira uma mercadoria no sentido pleno, de uso, de troca e até mesmo de ganhos simbólicos. Haja vista, o grande número de organizações financeiras a desenvolver políticas de cunho social e cultural⁴ – Bradesco, Itaú, HSBC, Santander, Banco Opportunity, e ainda os Bancos Públicos como o Banco do Brasil e seus inúmeros centros culturais espalhados pelo País, bem como a Caixa econômica Federal, são algumas instituições que nos apontam para alguns exemplos de como é processada a política social e o ingresso dessas políticas numa escala econômica.

Aquilo descrito por Marx como acumulação primitiva permanece fortemente presentes nos dias de hoje, como:

Mercado competitivos, de livre funcionamento, individualismo jurídico, e um Estado “facilitador” que também garante a integridade da moeda como estoque de valor e meio de circulação. (Harvey, 2011; p.120)

⁴No decorrer do texto utilizamos os termos cultura e social em conjunto, esclareço que cultura também é social, haja vista que ela é determinada pelas relações políticas e econômicas, bem como pelas construções sociais e lobbys realizadas pelas próprias instituições.

Harvey se detém em analisar a teoria geral da acumulação de capital em Marx, e como para ele ainda é um processo em andamento, ao invés de qualificar como “primitivo” ou “original” ele substitui o termo pelo conceito de “acumulação por espoliação” (Harvey, 2011 ;Pag.121). Tivemos boa parcela da indústria estatal privatizada, a formação de um proletariado sem terra, a expansão do agronegócio ao invés da agricultura familiar. Sem falarmos ainda da presença da escravidão, seja pelas carvoarias ou nos canaviais espalhados pelo Brasil ou mesmo o que dizer para citar também o comércio sexual e o tráfico de pessoas, que perdura em nossa sociedade, em suma este processo envolve *a cooptação e a apropriação de realizações culturais sociais preexistentes* (Harvey, 2011, p.122).

Sendo assim a nosso ver o Estado Brasileiro processa no seu desenvolvimento capitalista uma forma de espoliação (Harvey 2011), ao contrário do que ocorreu no restante do mundo, onde houve uma pulverização pelo mercado ou de setores deste, no Brasil o que se observa e se observou é a concentração nas mãos de poucos – (concentração e centralização do capital, em forma de oligopólios) -, a lógica racional do capitalismo no sentido de concorrência, competitividade parece não existir aqui, o que viceja é o protecionismo e o capitalismo dos rent-seekers, isto é, rentistas e lobistas.

Aqui sabemos desde sempre quais os grupos existiram e existem, e em que setores importantes da economia atuam. São as mesmas famílias, os mesmos grupos, unidos, fundidos, uns comprando outros e aumentando seu poder. Apesar de a literatura especializada apontar para uma nova burguesia⁵, no Brasil, vemos a concentração nas mãos das mesmas famílias. Portanto, quem seria essa “nova burguesia”? Então se justifica neste momento olhar para a ação desses grupos, a partir do seguimento empresarial financeiro e suas ações no setor de políticas sociais, culturais. Muitas ações ainda dependem do Estado no Brasil e é imperativo que ele atue na garantia do interesse público, no entanto, o setor privado tem avançado consideravelmente, e em se tratando de políticas culturais praticamente é o setor privado que vem executando, mas diga-se com recursos oriundos do Estado (Lei Rouanet, Lei de inovação tecnológica, etc).

A transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual envolve espoliações em larga escala (a indústria da música é notória pela apropriação e exploração da cultura e da criatividade das comunidades). A corporativização e privatização de bens até agora públicos (como as universidades), para não mencionar a onda de privatizações(...) indicam uma nova onda de “expropriação de terras comuns”. (Harvey, 2011; p. 123)

Se o Estado se retrai naquilo que é sua função, avançam os interesses do mercado, privado, e, portanto de benefícios restritos.

Bibliografia principal

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e participação social no Brasil. DCP –UFMG. Texto preparado para a área social do projeto Brasil em três tempos. Disponível em :<http://ligiatavares.com/gerencia/uploads/arquivos/1b1f265f82523b57537f1cfac0b66dee.pdf>

_____ O Orçamento Participativo: as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte. In: DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

⁵Boito Jr, Armando. A burguesia no Governo Lula. Enpublicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006.

BARBOSA Lia Pinheiro. Significados do terceiro setor: de uma nova prática política à despolitização da questão social. *Sociedade e cultura*, V.9, N. 1, Jan/Jun. 2006, p. 173 -186

DAGNINO, Evelina. “Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania”. In: *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1994.

_____. *etalli. Cultura e política nos movimentos sociais latino- americanos*. Belo Horizonte, editora da UFMG, 2000.

_____. “Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades”. In: *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

_____. “Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?”, in *políticas de cidadania y sociedad civil em tiempos de globalización* (Daniel Mato, Ed). Caracas, Venezuela: FACES, Universidade Central de Venezuela, 2004.

DAGNINO, E., OLVERA, A. J. e PANFICHI, A. (org). (2006) *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo, Paz e Terra.

DINIZ, Eli. “Brasil anos 1990: globalização, reestruturação produtiva e elites empresariais”, E. Diniz, *Globalização, reformas econômicas e elites empresariais*. Rio de Janeiro, FGV, 2000.

_____. “Empresariado e projeto neoliberal na América Latina: uma avaliação dos anos 80”, *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 34, n.3, 1991.

_____. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

_____. VIII Workshop, empresa, empresários e sociedade: Empresa, empresários, desenvolvimento e democracia. GT1: Empresários, política econômica e neo-desenvolvimentismo - Injunções políticas, econômicas e sociais do desenvolvimento. Curitiba, 2012. Mimeo.

FAGNANI, Eduardo. *A política social do governo Lula(2003 -2010): perspectiva histórica*. Texto para discussão; IE/UNICAMP, no. 192, Junho 2011.

FREITAS, Sara Silva. *Nos labirintos da participação: um estudo de caso de uma ong do campo democrático participativo*. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – FFLCH /USP. Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado, Outubro de 2009.

HARVEY, David. *O novo Imperialismo*. Ed. Loyola, 5ed. São Paulo, 2011.

SORJ, Bernardo. *A nova sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

SCHERER- WARREN, Ilse. *Situando o debate entre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil*. Política e sociedade, Florianópolis, Outubro 2004.

Sites Utilizados:

www.fundacaoitausocial.org.br/

www.itaucultural.org.br/

www.febraban.org.br

www.gife.org.br

www1.ethos.org.br

www.pnbe.org.br

www.pnud.org.br

www.cultura.gov.br

www.petrobras.com.br

ⁱ Este texto faz parte de minhas reflexões, dapesquisaem andamentode doutorado em Sociologia pela Unicamp. Email: sarafs77@yahoo.com.br

ⁱⁱ Ver Gramsci. Os intelectuais e a organização da cultura. Ed. Civilização Brasileira, 6ed. Rio de Janeiro 1988.

ⁱⁱⁱ Vejam por exemplos os trabalhos de Leonardo Avritzer, Ilse Scherer, Bernardo Sorj, Evelina Dagnino, dentre outros.

^{iv} O GIFE possuiu 142 associadas.

^v Veja link da reportagem em <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,dinheiro-para-quem-ja-tem-,968379,0.htm>